

PERSPETIVAS

Debate sobre temas fundamentais
em morfologia urbana

A ‘reabilitação difusa’: da expansão para a reabilitação e da reabilitação da ocupação intensiva para a extensiva de baixa densidade

Teresa Calix, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – Morfologias e Dinâmicas do Território, Via Panorâmica Edgar Cardoso, 4150-755 Porto. E-mail: teresa.calix@arq.up.pt

Em 1976, o Conselho da Europa define, pela primeira vez, o conceito de reabilitação (CE, 1976), atribuindo-lhe uma dimensão urbana ao defender uma abordagem integrada que ultrapassa a conservação do edifício e considera a utilização e adaptação às necessidades da sociedade através da atribuição de um propósito social aos monumentos, conjuntos edificados e lugares. A problemática da reabilitação da cidade histórica afirma-se, no pós-guerra, de forma contundente dado que, a par da destruição produzida e do declínio de muitos dos tecidos antigos existentes – a degradação, a sobrelotação, mas também, o abandono – se exacerbavam os sinais da pressão do progresso e da transformação que, aliados às novas tecnologias, aos novos estilos de vida e ao crescimento populacional, conduziam a operações de demolição de bens patrimoniais fundamentais e irre recuperáveis. Em Portugal, sem os efeitos da guerra mas com a estagnação do crescimento económico, o grande aumento da população oriunda das ex-colónias e o congelamento das rendas, que agudizam as condições de escassez e de degradação da habitação e intensificam o recurso a edifícios em mau estado de conservação, algumas intervenções, como a

Renovação Urbana da Ribeira / Barredo, no Porto, propõem a recuperação e a reabilitação considerando os valores patrimoniais, não se restringindo aos espaços físicos, mas considerando a dimensão social e cultural, como forma de preservar a identidade local.

No entanto, apesar da vontade política e dos instrumentos de incentivo à reabilitação urbana que se criam a partir desta altura, o país encontrava-se prestes a iniciar um período que viria a ser marcado, sobretudo e em contraciclo com aquelas preocupações, pelo fenómeno de expansão urbana. Assim, enquanto o sector da construção é reconhecido como um dos motores de desenvolvimento nacional, quer no que se refere às obras privadas, quer, mais tarde, no campo de concretização das obras públicas – com a entrada na Comunidade Económica Europeia, em 1986, e o acesso aos fundos estruturais europeus – os anos de 1980 e 1990 correspondem a um período marcado pela ascensão da classe média, pela procura de habitação nova e, consequentemente, pela desertificação das áreas mais centrais.

No início da década de 2000 e na sequência da experiência da Expo98, o reconhecimento da

importância da diversidade e autenticidade do património cultural e os princípios de valorização ambiental, fruto da divulgação do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ (UN, 1987), haveriam de garantir a adoção de medidas excepcionais de requalificação urbana através do Programa Polis (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26 / 2000, de 15 de Maio). Os projetos, em várias cidades portuguesas, apostavam num efeito exemplar e demonstrativo, centrando o investimento público (maioritariamente do III Quadro Comunitário de Apoio) na transformação do sistema de espaços coletivos e nas suas espectáveis capacidades de dinamização e qualificação alargada dos contextos onde se materializa. Em 2004, a promulgação do regime jurídico para a reabilitação urbana (Decreto-Lei n.º 104 / 2004, de 7 de Maio) procura inverter o contínuo envelhecimento e a persistente degradação das zonas históricas. Cria as Sociedades de Reabilitação Urbana, instrumentos de operacionalização da reabilitação, que se revelam consensuais nos pressupostos da sua criação, mas polémicas na sua forma de gestão, assumindo um papel excessivo cuja concretização encontraria, ainda maiores dificuldades em tempo de crises.

Com as crises financeira sistémica e internacional e a da dívida soberana e o fim do enquadramento macroeconómico que suportou os investimentos de um Estado que procurava afirmar a sua dimensão Social assim como da expansão urbana privada centrada na habitação nova, o mercado imobiliário e da construção, significativamente reduzido nas suas capacidades de atuação, voltou-se, nos últimos anos, para os centros históricos e, conseqüentemente, para a reabilitação do património edificado. Esta viragem, muitas vezes exponenciada por um aumento galopante da procura turística, evidencia, contrariando os princípios consensuais e implícitos de desenvolvimento endógeno e de coesão, processos de desvirtuação, decorrentes dos impactos excessivos de determinados processos de ‘turistificação’. Estes, materializando lógicas económicas de grande fulgor no momento atual, dinamizam a reabilitação física e estimulam uma nova forma de vivência urbana, enquanto condicionam ou impossibilitam a continuidade de certas realidades – pessoas e atividades – que perduraram num determinado local.

A par desta cronologia simplificada, que haveria de culminar, em 2009, num novo referencial legislativo – o regime jurídico da reabilitação urbana (Decreto-Lei n.º 307 / 2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32 / 2012, de 14 de Agosto) – novos instrumentos que não se cingem exclusivamente às áreas críticas ou históricas, é preciso reafirmar que, contrariamente

à necessidade reconhecida, no período mencionado a construção de edifícios novos aumentou expressivamente, provocando o acréscimo dos fogos existentes e, atualmente, o número de devolutos.

Em suma, a falta de competitividade do mercado de arrendamento dá lugar ao mercado da habitação própria, determinando um crescimento, que se inicia no pós-25 de Abril e encontra o seu máximo fulgor na década de 1990, incentivado pelo Estado, através dos regimes de crédito bonificado, dinamizado pelo sector privado e responsável por significativas áreas novas de urbanização. Quando, a partir de meados de 2000, o ritmo da construção nova diminui, por força da crise, do endividamento das famílias e da limitação de acesso ao crédito, e, no final da década, é acrescido pela perda de população decorrente de movimentos de migração ou de emigração, torna-se evidente que o mercado está longe de conseguir absorver os fogos disponíveis, não preenchendo, agora, também os mais recentes.

A aposta em intervenções de maior visibilidade assentes em processos de estetização a que se associa, também, a retórica ambientalista assentam numa expectativa de revalorização baseada em mecanismos de produção de renda fundiária e na dinamização de efeitos de atratividade e de fixação do investimento, que determinam a concentração dos instrumentos de política, dos financiamentos e das apostas de valorização na excecionalidade dos centros históricos e das frentes de água. Neste processo, os centros – e os modelos correspondentes de ocupação do território – afirmam, sucessivamente, a sua importância simbólica, incentivada pela concentração das intervenções mais prestigiantes, enquanto os discursos em torno da ‘sustentabilidade’ apregoam a densidade e a aglomeração.

Assim, o momento atual reconhece novos desafios: o abandono progressivo de espaços decorrentes da expansão dos centros urbanos e das áreas de ocupação exteriores às aglomerações tradicionais – marcadas pelo discurso negativo associado à disseminação urbana e à baixa densidade de ocupação – que crescem às antigas e mais recentes, polémicas associadas à degradação e reabilitação dos centros históricos.

Pode-se, de facto, falar numa inversão de paradigma – da expansão para a reabilitação – se se atender ao fenómeno dominante em cada período, mas importa evidenciar que o tema da reabilitação esteve sempre presente e foi sendo equacionado a par do fenómeno da expansão. O primeiro encontrava-se limitado aos territórios confinados e consensualmente reconhecidos como de acrescido valor patrimonial, o segundo era entendido como o resultado não (ou mal)

planeado de uma urbanização acelerada, ‘espontânea’ ou pouco ponderada, que se desdobrou em múltiplas escalas e geografias variáveis, em composições físicas e funcionais muito distintas, nem sempre decorrentes do alargamento dos aglomerados existentes e incorporando características de diferentes ideologias e modelos de ocupação.

Portanto, pode-se concordar com o princípio que estabelece que, mais do que nas décadas anteriores, ‘a reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação’ (Decreto-Lei n.º 307 / 2009, de 23 de Outubro), como reconhece a mais recente legislação produzida. No entanto, quando o esvaziamento, a degradação, o envelhecimento e a insegurança caracterizam, agora, áreas urbanas não centrais nem funcionalmente dependentes destas e, sobretudo, padrões de ocupação caracterizados pela sua baixa ou muito baixa densidade, pretende-se, também, destacar que, mais uma vez, os instrumentos vigentes, ainda sem tempo de avaliação, se apresentam, desde já, incapazes de reagir e responder aos problemas verificados.

Entre estas áreas, o povoamento difuso do Noroeste Peninsular – ou as múltiplas fórmulas de ocupação passíveis de se integrarem nesta definição excessivamente ampla – constitui-se, apenas, como um exemplo possível do desfasamento entre o suposto pragmatismo dos instrumentos de política pública e a sobreabundância de representações que condicionam a concretização de um ‘futuro desejado’ ou a consensualização de estratégias de intervenção em muitas das zonas prementes de ações de reabilitação.

Estes territórios apresentam, geralmente, uma rede muito extensa de espaços coletivos, maioritariamente constituída por estradas e caminhos pouco qualificados. A ocupação edificada enuncia um fenómeno, mais recente e mais diverso (na forma e na função), geralmente decorrente da relação com as estradas nacionais, e outro, mais antigo, organizado a partir dos elementos orográficos e hidrográficos e considerando as características do parcelamento e os percursos de génese rural que estipulam as principais articulações e os acessos às parcelas agrícolas e florestais. Os edifícios evidenciam, também, essa dupla condição do território, mais recente ou mais antiga, consoante as circunstâncias, os conteúdos e as lógicas subjacentes à sua produção: pequenos elementos edificados aglomeram-se em pequenos núcleos ou dispersam-se pelo território ao longo dos arruamentos existentes, enquanto os grandes contentores de fábricas ou armazéns se penduram, a par de uma edificação habitacional de menor escala mas de implantação mais ou menos

continua, ao longo dos eixos viários estruturantes; os loteamentos de moradias afirmando limites espaciais geralmente muito claros, estabelecem um princípio e uma escala distinta de ocupação. A combinação resultante apresenta múltiplas formas e configurações, produzindo paisagens distintas que resultam das características físicas de cada território, e evidenciam, sempre, a presença essencial, e dominante em extensão, das áreas não edificadas.

Sendo, certo que, um dos desafios a que o novo regime procura dar resposta é articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infraestruturas das áreas urbanas a reabilitar’ (Decreto-Lei n.º 307 / 2009, de 23 de Outubro), em contextos de baixa densidade não é fácil estabelecer um equilíbrio financeiro eficaz ou capaz de responder a todas as variáveis identificadas. Dele se encontra, também, ausente qualquer referência aos outros valores que, fazendo parte do domínio privado não edificado, podem ser condições determinantes da configuração da paisagem, do património ambiental e paisagístico e, conseqüentemente, dimensões a considerar como parte de um processo de reabilitação. Como tal, estabelecendo um enquadramento normativo que responde ao nível programático, ‘procedimental’ e de execução, o conhecimento adquirido ao longo de várias décadas, embora garantindo uma maior abertura e integração, determina, ainda, que os instrumentos atualmente disponíveis limitem a sua capacidade de aplicação aos territórios da urbanização intensiva (os centros tradicionais ou as áreas de urbanas de considerável densidade, continuidade ou concentração edificada).

Os incentivos de financiamento para a reabilitação urbana estão, neste momento, todos voltados para as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), ‘a parcela territorial que justifica uma intervenção integrada’ (Decreto-Lei n.º 307 / 2009, de 23 de Outubro) e cuja delimitação é da responsabilidade do município. No entanto, as dificuldades em gerir e orientar incentivos e contrapartidas para que a qualificação seja concretizada começam, desde logo, pela dificuldade em ‘perimetrar’ e discutir a ‘reabilitação difusa’, percebendo as condições de retorno do investimento e, sobretudo, a necessidade de legitimar socialmente os valores em causa, distantes das lógicas mais simples, como o património edificado e os valores ambientais, culturais e paisagísticos tidos como consensuais e a salvar. Além disso, instrumentos, como as ARU, que dependem demasiado do investimento privado, parecem próximos de medidas precedentes pensadas para ciclos de crescimento (como as parcerias público-

privadas). Aliar as energias públicas à recessão privada, no cenário económico atual, não perspetiva um bom resultado.

Como reabilitar, então, as áreas de baixa densidade? Como atuar considerando uma racionalidade objetiva, mas, simultaneamente, dependente do contexto e considerando os valores específicos que caracterizam e distinguem cada lugar?

Antes de tudo, o reconhecimento da necessidade de conhecer e, depois, o conhecimento aprofundado da realidade assumem-se como condições primárias para compreender e definir o modo como e onde atuar. Reabilitar pressupõe reconhecer e aceitar os desafios e os valores próprios que caracterizam cada realidade e projetar, através do desenho, a sua transformação futura, materializando o desígnio, a estratégia e estabelecendo os instrumentos capazes de garantir a sua concretização.

Pressupõe reconhecer que a degradação existente decorre de processos genéricos de crise dificilmente superáveis, como a ‘desruralização’ e o desaparecimento de fileiras industriais e de muitas atividades da fileira da construção, a que o atual quadro de globalização não dá sinais de recuperação de competitividade. O declínio demográfico e o envelhecimento e a apatia do investimento e da criação de emprego são muito evidentes, tornando mais difícil argumentar a legitimidade da questão. O desconhecimento dos ciclos de emigração e de retorno é, ainda, acrescido pela ausência de dados sobre a construção relacionada com projetos de melhoria das condições de vida que se concretiza em edificação sem crescimento económico local. Conjunturas que dramatizam o contraste entre a anterior euforia do crescimento e da expansão urbana, no pós-adesão à União Europeia, e a gravidade e a permanência da crise atual, com a mudança de um Estado investidor, para um Estado mínimo liberal, esvaziado de riqueza e de poderes.

Reabilitar estes territórios, pressupõe, então, uma capacidade reflexiva e um pensamento integrado que considere, efetivamente, a espacialização das questões urbanas e a sua complexidade, reconhecendo-as como um produto da sociedade e uma resultante do seu quadro de oportunidades, desejos e expectativas.

Pressupõe, também, considerar a dupla dimensão, técnico-científica e política, do arquiteto e o seu campo de atuação como um intrincado sistema de processos ou formas em permanente transformação, com tempos e graus de incerteza diferenciados e onde se movimentam inúmeros agentes cujo comportamento é instável e contraditório.

Pressupõe, ainda, perceber que a

administração pública local não controla o que acontece no território, embora procure promover essa transformação reconhecendo que os problemas são aqui mais complexos: porque envolvem uma diversidade muito grande de questões que se sobrepõem, porque são extensivos na sua espacialização e se baseiam na disseminação – em vez da concentração e da intensidade – e porque exigem dos técnicos um domínio sobre os materiais e os processos vigentes – pertinentes mas desconhecidos ou ignorados por não serem entendidos como fundamentais ou por envolverem modelos-tipo de urbanização que não fizeram parte da sua aprendizagem. E, portanto, a linearidade característica das metodologias geralmente utilizadas tende a ser contrária à ideia de debate social, e remete necessariamente para a construção de um sistema de valores e de princípios que define uma determinada (e prévia) visão do mundo ou um projeto de sociedade a que se aspira mas que não se é.

Reabilitar estes territórios impõe, por isso, as iniciativas heurísticas, interativas, incrementalistas e recorrentes, as ações que servem, ao mesmo tempo, para elaborar e testar hipóteses, ou seja, as realizações parciais que reestruturam o processo e tornem possíveis as ações mais previdentes e duráveis... e as avaliações que integram reformulações e se traduzem, naturalmente, na redefinição dos objetivos estratégicos e dos objetos.

Como não existe um léxico comum, reconhecível e aceite para estas áreas, e a complexidade existente determina a dificuldade de legitimação e a ausência de referências absolutas ou consensuais, a construção de um discurso positivo, antes de mais, e de uma perspetiva holística e operativa de uma realidade dinâmica e heterogénea obrigará, necessariamente, ao debate coletivo e à concatenação de aspetos muito diversificados, como os relativos à ‘multi-referenciação’ dos assuntos pertinentes, à diversidade de escalas em presença e, até, os relativos à representação dos projetos a desenvolver, ou de como os programas ou os projetos de reabilitação reconhecem e representam o desígnio social que é próprio da realidade que se pretende modificar.

Assim, reconhece-se que a complexidade e a imponderabilidade associada aos fenómenos urbanos da contemporaneidade e, sobretudo, dos territórios de baixa densidade, implicam uma grande agilização dos processos e impõem o estabelecimento de lógicas de catalisação que contribuam para a criação de princípios relativamente estáveis de ordenamento e de intervenção no espaço urbano.

A ideia de coletivo e os sistemas de espaços coletivos enquanto epítome da sua materialização,

quer numa perspetiva que se restringe à propriedade pública quer numa versão mais alargada que reconhece a participação da propriedade privada numa paisagem que é usufruída por todos, impõem um âmbito de reflexão de longo prazo. O espaço-tempo onde se exerce uma gestão e um controle de base social, apresenta-se, então, como uma ideia de bem comum a construir com outros valores, considerando a sua capacidade de estruturação, mas também de palco privilegiado da participação, e, portanto, reconhece-se como ferramenta fundamental da caixa de ferramentas que o território de baixa densidade fornece e que pode ser operacionalizada pelo arquiteto.

Assim, enquanto a urbanidade se confinar, apenas, a certos modelos-tipo de urbanização, vai ser muito difícil construir o discurso positivo sobre a baixa densidade e, em consequência, defender a legitimidade dos fundos públicos para

a sua reabilitação. Definir os critérios de um instrumento de política que não se pode configurar do modo habitual e estabelecer os princípios da 'reabilitação difusa', pressupõe o diálogo capaz de legitimar uma argumentação, condição relativamente à qual a administração pública portuguesa está, ainda, muito distante.

Referências

- CE, Council of Europe, Committee of Ministers Resolution (1976) *Concerning the adaptation of laws and regulations to the requirements of integrated conservation of the architectural heritage*.
- UN, United Nations, World Commission on Environment and Development (1987) *Our common future*.

Maputo: tendências de intervenção em bairros (sub)urbanos

David L. Viana, Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 4200-465 Porto, Portugal. Escola Superior Gallaecia (ESG), Largo das Oliveiras, 4920-275 Vila Nova de Cerveira, Portugal. E-mail: david.leite.viana@esg.pt

Em contextos de urbanização como os que se verificam em Maputo, a intervenção estruturada e apoiada revela-se deficitária, resultando cidades com índices elevados de assimetrias sociais e económicas, para além de muito fragilizadas em termos infraestruturais, serviços urbanos, oferta alargada de equipamentos e disponibilização de condições de trabalho formal e acesso a residência legal (Burdett e Sudjic, 2011; Smith, 2011; Sinha, 2012). Partindo deste enquadramento lato, o *viewpoint* referencia, genericamente, intervenções em espaços urbanos da capital de Moçambique, em que os seus 34,8 km² têm vindo a ser aceleradamente alterados. Por exemplo, o Censo de 2007 indica que a cidade ultrapassou o milhão de habitantes, apontando para que a população fosse (à época) de 1.094.315, implicando um aumento de 13,2 % em 10 anos (Perfil da Cidade de Maputo e Resumo das Estratégias do PEN III Adequadas à Cidade de Maputo).

Sobre o Distrito Municipal (DM) 2, Nhacolo (1999, p. 10) destaca Xipamanine e os bairros vizinhos de Chamanculo. Destinava-se a oficinas e residências de população autóctone (Plano de Urbanização de Lourenço Marques, atual Maputo, 1969), ou seja, trabalhadores assalariados que residiam próximo dos seus locais de trabalho

(figuras 1 e 2). Tinham casas precárias dispostas irregularmente em espaço urbano com número reduzido de vias, com consequências no que se refere à sua integração, conectividade, acessibilidade e disponibilidade de transportes públicos.

Para além do legado deste tipo de situações, verifica-se igualmente a instabilidade que a indefinição sobre a posse do terreno provoca em grande parte dos residentes (Raposo, 2007). Confrontam-se com situações em que são forçados / impelidos a fazerem e refazerem os respetivos contextos domésticos, o lugar onde moram, as lógicas de sociabilização e os modos de (sobre)vivência. Complementarmente, importa também atender ao que refere Araújo (1999, pp. 177-8): 'A separação entre o urbano e o suburbano não deve ser vista como estática e definitiva. Na realidade, os bairros suburbanos que confinam com os urbanos encontram-se num rápido processo de transformação. É o que sucede com os bairros da Malanga, Maxaquene, Polana-Caniço A e Costa do Sol. Este processo é complexo porque, na maior parte das vezes, as novas edificações que neles surgem não obedecem a qualquer plano de ordenamento e uma parte dos anteriores residentes são obrigados a deslocarem-se para outros locais

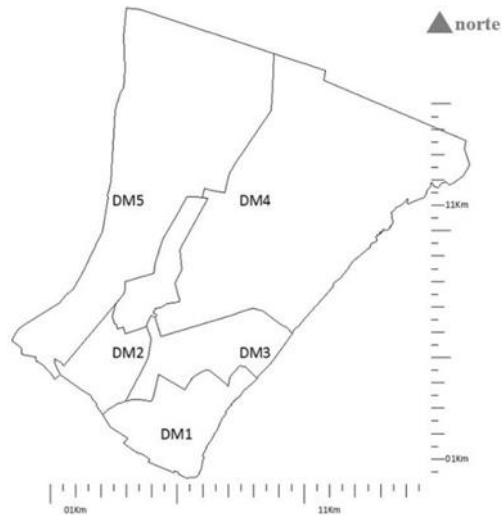


Figura 1. Organização administrativa de Maputo em cinco Distritos Municipais.

da cidade (suburbana ou periurbana), para ceder o seu espaço aos novos residentes que, com muito maior poder económico, constroem vivendas luxuosas.’

A habitação é dos constituintes da forma de Maputo que mais determina a conformação de espaços urbanos. Mesmo quando precária, adensa-se e repete-se de modo dinâmico. Os processos a partir dos quais se agrega e se transforma auxiliam no esclarecimento de diferentes composições do tecido urbano. A respetiva variação decorre entre a ocupação (auto)organizada (Viana, 2015) e a (auto)construção em talhões demarcados com infraestruturas básicas instaladas. Neste sentido, pode-se afirmar que a intervenção em bairros da capital Moçambicana tem considerado pouco o esforço dos cidadãos na construção das suas casas e, conforme Raposo *et al.* (2012), na auto-produção dos seus espaços socio-físicos. Para além destes aspetos, de acordo com Jorge e Melo (2014, p. 11): ‘Nas áreas mais próximas do centro, os processos e dinâmicas de intervenção não têm sido capazes de superar estas insuficiências (alta densidade de ocupação associada à falta de espaço público e privado e ao surgimento de conflitos pela posse do mesmo; a precariedade habitacional, por insalubridade e exiguidade de área; e a exposição a situações de risco, geralmente inundações, sobretudo por falta de um sistema de drenagem adequado), em parte devido à desigualdade na distribuição de recursos e investimentos público-privado. (...) A materialização das propostas previstas irá agravar os níveis de exclusão (...), uma vez que os investimentos assentam em processos de *gentrification* e *periferização*.’

A infraestruturização de bairros (Figura 3) tem

tido uma preocupação dominante em intervenções que incidem sobre o espaço público dos mesmos. A este propósito, sobre Mafalala, Jorge e Melo (2014, p. 6) indicam que: ‘As obras de qualificação em Mafalala (2004-2005), financiadas pelo Banco Mundial, incidiram na melhoria das infraestruturas: construção de fontanários, pavimentação de ruas principais, abertura de valas e valetas de drenagem, estas últimas executadas por uma associação do bairro, em coordenação com a organização não-governamental (ONG) Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado (AMDEC). (...) As intervenções nas vias afetaram habitações, obrigando ao reassentamento das famílias em bairros mais distantes, mediante a cedência de um talhão, transporte dos pertences e atribuição de um valor para ajudarem na construção da nova casa.’

A beneficiação pública de bairros tem consequências ao nível da especulação sobre o valor do solo, condicionando a transformação da cidade – que, muitas vezes, se sobrepõe a instrumentos de gestão urbana (com reduzido impacto em intervenções de renovação urbana). As obras de qualificação de bairros (sub)urbanos acabam, comumente, por implicar o afastamento para setores mais periféricos do tecido urbano de residentes em situação socioeconómica mais fragilizada, alterando dinâmicas locais de apropriação auto-organizada de espaços urbanos e redirecionando fluxos, usos e atividades urbanas.

Constata-se o desajustamento entre intervenções sobre o espaço público e aquelas direcionadas para a ocupação não planeada da cidade, assente em lógicas e regras próprias de apropriação e aculturação de setores (privados e coletivos) e no desenvolvimento de dinâmicas personalizadas (e ações individualizadas) na auto-produção de espaços urbanos – que procuram ajustarem-se aos recursos e modos de vida da população, contrariando o que Jorge e Melo (2014, pp. 8-9) indicam sobre o Bairro de Maxaquene A: ‘(...) A AMDEC (...) trabalhou no terreno desde 2008 na construção de valas de drenagem e de latrinas melhoradas e, a partir de 2009, na elaboração de um Plano Parcial de Urbanização para o Bairro. (...) A equipa responsável pela elaboração do Plano desenvolveu uma proposta de qualificação urbana, com base em vários encontros de auscultação no Bairro, prevendo a implementação de infraestruturas básicas, a melhoria e (re)definição do espaço público, a construção de alguns equipamentos de apoio à população e o início da regularização fundiária. (...) O Plano Parcial de Urbanização (...) tem subjacente este paradigma de intervenção, fazendo tábua rasa do existente, com exceção das Escolas Noroeste I e II. Prevê-se a construção de edifícios de habitação plurifamiliares, de escritórios e

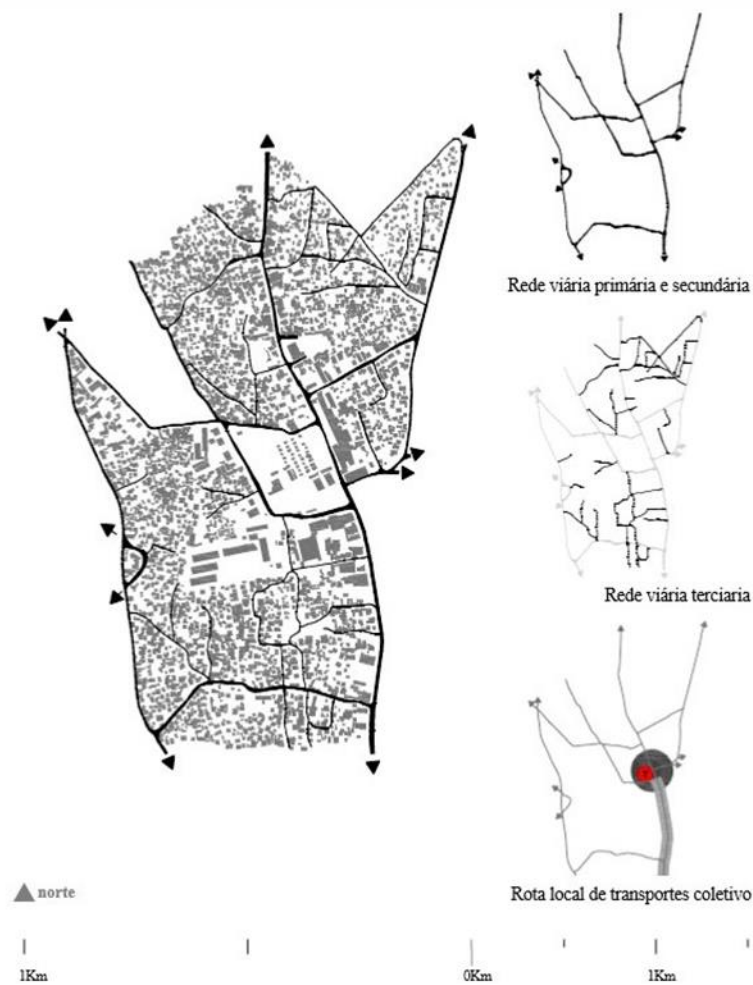


Figura 2. A forma urbana do Bairro de Xipamanine (DM2) correlacionada com rota local e paragem de transporte coletivo.



Figura 3. Intervenção ao nível da infraestruturização dos bairros: instalação de valas de recolha de águas no Bairro de Polana-Caniço de modo a minimizar efeitos como os que decorreram das cheias de 2000.

espaços comerciais, assim como a cedência de algumas áreas para a construção de equipamentos.

(...) A implementação do Plano dependerá unicamente do interesse e do investimento privado, que custeará a totalidade do reassentamento (...). Verifica-se uma transformação paulatina do território, levada a cabo por investidores privados (...), marcada pela transação pontual de talhões ao longo das principais avenidas (...) para construções afetas a atividades comerciais, implicando a demolição do existente e a saída da população abrangida.'

Conforme Jenkins e Andersen (2011), urge ultrapassar intervenções dicotómicas e consolidar a transformação de espaços urbanos a partir da pluralidade de valores e de ações assentes no acesso à diversidade de contextos urbanizados (cultural, social e institucionalmente), em vez da transferência de conceitos determinísticos pouco referenciáveis, como os que Jorge e Melo (2011, p. 14) indicam no âmbito da '(...) Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo, o poder público tem dado preferência à

renovação, encarada como uma oportunidade de reproduzir o modelo da cidade ocidental, tido como símbolo do desenvolvimento urbano e entendendo os processos de qualificação como uma ‘cristalização da desordem.’

À rejeição da ‘cristalização da desordem’ continua a ser necessário contrapor o ‘direito à cidade’ (Lefebvre, 1968) – desta correlação dialógica resultará uma matriz mais adequada de intervenção em bairros de Maputo.

Referências

- Araújo, M. G. (1999) ‘Cidade de Maputo: espaços contrastantes: do urbano ao rural’, *Revista Finisterra* 34, 175-90.
- Burdett, R. e Sudjic, D. (eds.) (2011) *Living in the endless city* (Phaidon Press, Londres).
- Jenkins, P. e Andersen, J. (2011) ‘Developing cities in between the formal and the informal’, 4th *European Conference on African Studies*, Uppsala, 15 a 28 de Junho.
- Jorge, S. e Melo, V. (2014) ‘Processos e dinâmicas de intervenção no espaço periurbano: o caso de Maputo’, *Cadernos de Estudos Africanos* 27, 1-16.
- Jorge, S. e Melo, V. (2011) ‘Processos e dinâmicas de (re)produção do espaço (peri)urbano: o caso de Maputo’, *2nd Internacional Conference of Young Urban Researchers*, Lisboa, 11 a 14 de Outubro.
- Lefebvre, H. (1968) *Le droit à la ville* (Anthropos, Paris).
- Nhacolo, A. Q. (1999) *Uma abordagem sobre os problemas de saneamento e seus efeitos sobre os moradores do Bairro de Xipamanine*, Tese de Licenciatura não publicada, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.
- Raposo, I. (2007) ‘Instrumentos e práticas de planeamento e gestão dos bairros periurbanos de Luanda e Maputo’ em Oppenheimer, J. e Raposo, I. (eds.) *Subúrbios de Luanda e Maputo* (Edições Colibri, Lisboa), 219-46.
- Raposo, I., Jorge, S., Viegas, S. e Melo, V. (2012) ‘Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à metrópole neoliberal’, *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana* 4, 189-205.
- Sinha, S. (2012) *Architecture for rapid change and scarce resources* (Routledge, Nova Iorque).
- Smith, C. E. (coord.) (2011) *Design with others 90% cities* (Smithsonian Institution, Nova Iorque).
- Viana, D. L. (2015) ‘(Auto)organização e forma urbana: combinando diferentes abordagens morfológicas na análise de Maputo’, Relatório de Pós-Doutoramento não publicado, Universidade do Porto, Portugal.
- Conselho Nacional de Combate ao HIV / SIDA (s / data) *Perfil da Cidade de Maputo e Resumo das Estratégias do PEN III Adequadas à Cidade de Maputo* (Conselho Nacional de Combate ao HIV / SIDA, Maputo).
- INE (2007) *Resultados definitivos do censo 2007* (Instituto Nacional de Estatística, Maputo).

Reabilitação (ou intervenção no existente) de áreas fora das zonas centrais (históricas) das cidades. Visão de uma cidade Islâmica no Marrocos

Simone M. S. Safe, Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH, Av. Professor Mário Werneck, 1685 – Estoril, Belo Horizonte – MG, 30455-610, Brasil. E-mail: simonesafe@globo.com

Esta ‘perspetiva’ visa refletir sobre intervenções contemporâneas em áreas fora dos centros históricos na capital do Marrocos, Rabat. A intenção é despertar uma discussão sobre o contraste marcante entre as formas urbanas tradicionais, de caráter islâmico, e as formas urbanas contemporâneas, de caráter globalizado. Qualquer um que se proponha percorrer as cidades imperiais do Marrocos – capitais das antigas dinastias reinantes do país: Fez,

Marraquexe, Meknès e Rabat – pode perceber o contraste entre as formas urbanas da antiga cidade islâmica (Medina), geralmente localizada nas áreas centrais e dentro de muralhas remanescentes e as formas urbanas das expansões contemporâneas, situadas às bordas das cidades e que não se adequam, minimamente, aos mesmos valores expressos àquela realidade cultural e identitária.

Em Rabat, capital do Marrocos, o ambiente

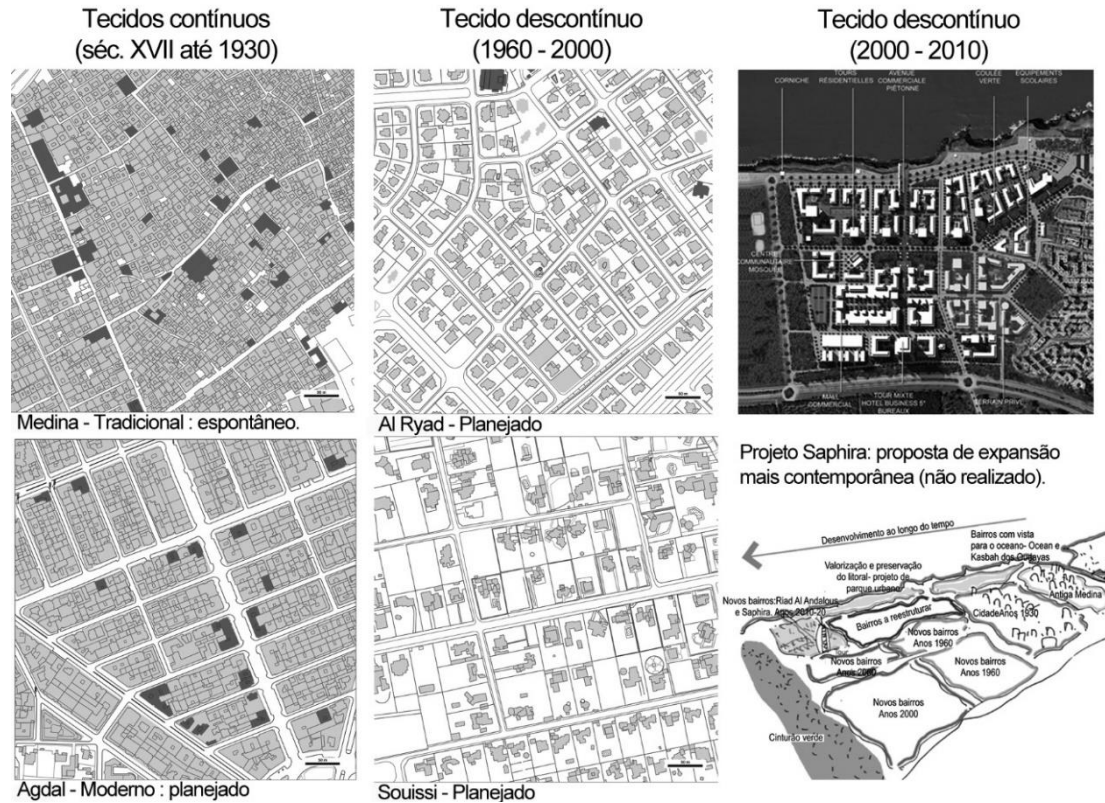


Figura 1. Modelos de tecidos urbanos de Rabat, expansão eixo oeste (fonte: APU, 2009).

construído é composto de um mosaico de tempos e culturas. Os tecidos urbanos são consequência da influência antrópica sobre o território, em que se apresentam, mais que características físicas e formais, o próprio homem e seu *modus vivendi*.

Dois principais grupos de tecidos urbanos configuram a maior parte do organismo urbano da capital: os tecidos contínuos e os tecidos descontínuos (APU, 2009). O tecido contínuo apresenta edificações alinhadas à rua, em que as construções se ligam umas as outras constituindo ‘séries’. Este grupo pode ser relacionado tanto a tecidos mais antigos e tradicionais quanto aos modernos. Os tradicionais constituem o típico *habitat* marroquino, islâmico, tradicional, orgânico e espontâneo. Conformam polos atrativos para toda a cidade, representando um assentamento popular. Podem ter ocorrido de forma espontânea e orgânica ou de forma planejada e serial. O tecido contínuo moderno (fruto do Protetorado francês, 1912-1941) reinterpreta princípios da arquitetura vernacular de Rabat, repetindo características que configuram o tecido contínuo tradicional, embora reflitam um outro tempo e uma ‘nova’ cultura. Reconhece-se, na construção do tecido contínuo moderno, uma plasticidade na manifestação da tradição.

Já o tecido descontínuo apresenta edifícios

construídos individualmente, sem ideia de conjunto ou série, afastados entre si, em variadas disposições. O edifício possui aberturas nas fachadas em todos os lados, o que impossibilita se acoplarem uns aos outros, refletindo numa postura social de afastamento e individualismo. Segundo nos relata Castriota (2009), há um processo de mudança cultural que se pode mostrar catastrófico com a destruição e o apagamento de uma cultura pela outra, fazendo-se necessário considerar a distinção que as influências externas provocam, se assimiláveis ou impactantes. Bairros com características elitistas e ocidentalizadas passam a vigorar na paisagem urbana recente da cidade. Rabat se consolida como polo atrativo de população estrangeira, centro político e institucional, o que configura demanda habitacional diferenciada da tradicional que havia vigorado até o período colonial francês. A influência ocidental é expandida para as áreas mais periféricas, próximas ao limite administrativo atual da cidade, no qual se desenvolveram os bairros mais recentes – *Hay Riad*, *Riad Al Andalous* e *Saphira*. A Figura 1 apresenta imagens referentes aos tipos de tecidos relacionados.

Os novos bairros, espécies de simulacros que representam a globalização de conceitos, mão de obra, ideias e valores, evidenciam a incoerência

cultural e espacial entre a região mais antiga e a região mais recente da capital. O reflexo do urbanismo globalizado é representado por edificações verticalizadas e com materiais de tecnologia de ponta, importação de estilos de viver americanos, escala monumentalizada. O panorama da vida contemporânea reflete, assim, uma ordem social e econômica que altera as relações e, conseqüentemente, o ambiente construído. Por esta razão, em Rabat, o tecido descontínuo, fruto de expansões posteriores, reflete o distanciamento no qual vivemos uns dos outros, conseqüência não só da modernização e uso do automóvel, mas de valores instaurados desde então. Enquanto a tradição reflete conteúdos históricos, culturais e sociais, incorporados nas paisagens urbanas ao longo do tempo, a globalização, pela exportação de valores que independem do lugar, massifica e homogeneiza a paisagem urbana. O reflexo deste comportamento é a ausência de um reconhecimento da própria história e pertencimento na paisagem na qual se insere. Segundo Conzen (1966) os custos materiais e espirituais resultantes desta crise cultural como também o seu resíduo na paisagem pode ser de grande dimensão e passível de ser repassado às gerações futuras. A exportação de valores que

não condiz com a essência e necessidade daquela determinada sociedade, potencializa o isolamento e as escolhas individualizadas em detrimento às comunitárias e cidadãs.

Para esta perspectiva, necessário se torna, então, resgatar a constatação de Conzen (1966), que se faz atual e essencial: por meio da historicidade, as paisagens culturais exercem uma influência educativa e revitalizadora nas mentes e isto responde aos requisitos sociais em longo prazo.

Referências

- Castriota, L. B. (2009) *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos* (Annablume, São Paulo).
- Conzen, M. R. G. (1966) 'Historical townscapes in Britain: a problem in applied geography', in House, J. W. (ed.) *Northern geographical essays in honour of G. H. J. Daysh* (Oriel Press, Newcastle upon Tyne) 56-78.
- APU, Atelier Parisien d'Urbanisme (2009) *Plan d'Aménagement Unifié de la Ville de Rabat* (Ministère de l'Habitat, de l'Urbanisme et de l'Aménagement de l'Espace, Rabat-Salé).

Brasília (in)vulgar

Valério A. S. de Medeiros, Universidade de Brasília, Centro Universitário Unieuro, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil. E-mail: valeriodemedeiros@gmail.com

O Plano Piloto de Brasília, construído para abrigar a nova capital brasileira em meados do século XX, converteu-se em expoente do planejamento urbano modernista. Baseado nas premissas da Carta de Atenas, alcançou seu esplendor simbólico na *promenade* do Eixo Monumental, entre a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. O produto é beleza, inquietação e desafios.

O discurso de transferência da capital no Brasil foi construído por um conjunto de aspirações geopolíticas, tendo em conta a perspectiva de integração nacional e a ocupação progressiva de vastos territórios 'vazios' no Planalto Central e na Amazônia. A inauguração da cidade e seu posterior desenvolvimento foram responsáveis por sucessivas ondas migratórias para o Cerrado Brasileiro, a incluir a abertura de rodovias, substituição da vegetação nativa por agricultura e pecuária, e expansão urbana – especialmente dentro e nas regiões próximas aos

limites do Distrito Federal.

Antes mesmo da inauguração, ações foram realizadas para abrigar as classes trabalhadoras que se dirigiam para o canteiro de obras da nova capital e receber famílias oriundas de ocupações irregulares no Plano Piloto (remoções). Além dos assentamentos preexistentes no Distrito Federal, como Planaltina e Brazlândia, novos núcleos surgiram amparados pelo conceito de cidades-satélites, como Taguatinga (fundada em 1958), Sobradinho (1959) e Gama (1959). As condições, provisórias em alguns casos, resultavam da crença que alguns dos assentamentos durariam apenas o período de construção de Brasília, com as massas trabalhadoras retornando aos seus locais de origem após a inauguração.

Entretanto, após 21 de abril de 1960, o caráter de atração manteve-se e as populações já instaladas permaneceram, cristalizando um território polarizado entre o núcleo urbano-capital – rico, e as periferias precárias – pobres. O

modelo de expansão urbana assumido seria então efetivado por meio dessas cidades-dormitório, distantes do núcleo central, e não pela continuada ocupação das áreas próximas ao Plano Piloto – o que recebia o respaldo conceitual modernista em favor dos vazios entre os núcleos urbanos. Segundo Freitas (2013, p. 66), ‘previa-se a alternância entre áreas urbanas e áreas rurais, evitando-se, assim, o ‘alastramento suburbano extenso e rasteiro’, argumentado por Lucio Costa (1987).

A efetivação do modelo das cidades-satélites assentou o caráter de dispersão territorial no Distrito Federal e da futura Área Metropolitana de Brasília (AMB), o que foi acentuado pelo desenvolvimento do padrão dos condomínios fechados, resultado da falta de soluções para os problemas habitacionais da classe média. O produto é um sistema urbano descontínuo, que afasta o Plano Piloto – a matriz – dos demais assentamentos, precedentes (Planaltina e Brazlândia) ou não ao traçado da capital.

O interesse em distinguir (e também segregar) o centro urbano dos demais bairros (Regiões Administrativas) e municípios periféricos (integrantes do Estado de Goiás, mas sob influência de Brasília) implantados ou desenvolvidos no esteio da nova capital produziu uma cidade composta por um conjunto de ilhas de assentamentos, articulados por poucas vias globais. O distanciamento, em certa medida, foi avalizado pela premissa da salubridade dos ‘vazios’ e dos grandes espaços abertos entre os núcleos urbanos. Para Holanda (2010, p. 48), ‘desde o princípio, forma-se uma estrutura dicotômica entre o núcleo central, objeto do concurso vencido por Lucio Costa em 1957, e uma constelação de núcleos periféricos em todas as direções, antes mesmo de inaugurada a cidade, separados do núcleo central por grandes distâncias’. O autor acrescenta que, em Brasília, a distância média entre habitantes e o centro urbano é de 20,2 km, o pior desempenho entre um conjunto de cidades exploradas por Bertaud (2001) e Serra *et al.* (2004).

Além da distância, a geometrização dos desenhos dos bairros e cidades, de alguma forma inspirada na racionalidade do Plano Piloto, produziu efeitos de forte labirintismo, consoante as experiências na produção do desenho das vias, possivelmente não avaliadas às implicações para aspectos de percepção e deslocamento no espaço (Medeiros, 2013). Talvez a solução modernista – e suas derivações – tenha simplificado em demasia a complexidade urbana, comprometendo a prolífica relação entre os nós de atividades, as conexões entre elas e o estabelecimento das hierarquias, comum em cidades ‘tradicionais’ ou ‘pré-modernas’ (Alexander, 2006 [1965]; Salingaros, 1998).

Complementarmente, vários trechos das malhas viárias da AMB – especialmente nos municípios goianos – assumiram soluções de tecido urbano compostas por junção simples de grelhas em tabuleiro de xadrez, como ocorre em Águas Lindas de Goiás. Predominam tabuleiros sem articulação, o que produz o padrão da ‘colcha de retalhos’, termo utilizado por Medeiros (2013) para caracterizar as cidades do Brasil a partir do desenho de ruas, em que emerge o caráter fragmentário como a feição recorrente. Grosso modo, a segregação de funções e a separação de usos e fluxos, amparadas pelo zoneamento da modernidade e indiscriminadamente transposto para as cidades-satélites, também subsidiaram soluções que lançaram mão de ruas sem saída e de serviços, favorecendo o isolamento e a contenção de trajetos.

Dispersão, fragmentação, descontinuidade, colcha de retalhos, vazios urbanos, longas distâncias: a despeito do emblema urbano que legitima a classificação do Plano Piloto como Patrimônio Cultural da Humanidade pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) desde 1987, as expressões revelam uma face áspera da capital brasileira. São instâncias geométricas e topológicas que comprometem estruturalmente o processo de deslocamento dos indivíduos em suas jornadas cotidianas entre partes da cidade, especialmente de e para o centro urbano, quaisquer que sejam os motivos de viagem.

Os desafios contemporâneos residem atualmente em dois âmbitos, um global e outro local. O primeiro contém uma leitura ampla: o polígono de tombamento assegura a salvaguarda do conjunto urbano inaugural, conforme os preceitos do urbanista Lucio Costa. Há aqui dois eixos de inquietação: como preservar um sítio urbano inconcluso, em que vários lotes e glebas ainda não estão ocupados e muitas das prescrições para ocupação dos lotes oriundas da altura de fundação atualmente não parecem compatíveis com as dinâmicas sociais da segunda década do século XXI? Por outro lado, que ações tomar para a preservação de um contexto urbano que, em sua Área Metropolitana, incorpora uma população superior a 3 milhões de habitantes, a demandar políticas intermunicipais conjuntas, de difícil conciliação?

A solução aponta para uma perspectiva intermediária que não se filie a uma leitura estática que procure cristalizar o sítio tombado e seja capaz de frear a pressão imobiliária transformadora da configuração do plano urbanístico original, destruindo seus *ethos*.

O segundo desafio é de natureza local. Enquanto se discutem perspectivas gerais de zoneamento e ou liberação de usos, especialmente no Plano Piloto, a cidade experimenta

transformações locais que descaracterizam ou desqualificam sua ambiência modernista. O problema de forma urbana de Brasília também repousa, portanto, em sua escala micro. Há severos problemas de comprometimento de calçadas e passeios, inexistência ou baixa qualidade do mobiliário urbano, o que contribui para o esvaziamento do espaço público.

A chave, ao que parece, está no diálogo entre escalas (Área Metropolitana de Brasília, Distrito Federal, Plano Piloto, Superquadras, etc.), a partir da necessidade em incorporar as relações como a chave para a promoção de uma cidade viva, salvaguardando suas peculiaridades. Apesar dos desafios, Brasília deve manter-se uma cidade invulgar.

Referências

Alexander, C. (2006 [1965]) *A cidade não é uma árvore* (<http://www.vivercidades.org.br/publique/222/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1123&sid=21&tpl=printerview>) consultado em 31 de Outubro de 2010.

Bertaud, A. (2001) *The costs of utopia: Brasilia, Johannesburg, and Moscow* (<http://alain-bertaud.com/>) consultado em 20 de Janeiro de 2014.

Costa, L. (1987) *Relatório do Plano Piloto* (Caixa Econômica Federal, Brasília).

Freitas, G. de. (2013) 'Células desconexas: condomínios fechados e as políticas públicas de regularização do Distrito Federal', Tese de Mestrado não publicada, PPG / FAU / UnB, Brasília.

Holanda, F. (2010) *Brasília. Cidade moderna, cidade eterna* (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília).

Medeiros, V. A. S. (2013) *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras* (EdUnB, Brasília).

Salingaros, N. A. (1998) 'A teoria da teia urbana' *Journal of Urban Design* 3, 53-71.

Serra, M. V., Dowall, D. E. e Motta, D. (2004) *Urban land markets and urban land development: an examination of three Brazilian cities, Brasília, Curitiba and Recife* (Banco Mundial, Brasília).

A paisagem na expansão urbana das cidades históricas: cenários e legibilidade

Maria C. V. Teixeira, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Rua Paraíba, 697 – Funcionários, 30130-140 Belo Horizonte - MG, Brasil. E-mail: mcrisvt@gmail.com e **Marina Salgado**, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Rua Paraíba, 697 – Funcionários, 30130-140 Belo Horizonte - MG, Brasil. E-mail: ms.marinasalgado@gmail.com

A preservação da paisagem de centros históricos é amplamente discutida no que diz respeito à dicotomia manutenção x desenvolvimento. No caso de Tiradentes, cidade de aproximadamente 8000 habitantes, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, a paisagem, em geral, foi 'congelada' como um cenário do século XVIII, tendo em vista as premissas dos órgãos de preservação, além das questões ligadas ao mercado imobiliário e ao turismo. Esta paisagem tem como pontos marcantes os monumentos principais, em geral, as igrejas que estão localizadas em pontos de destaque do relevo e a Serra São José que emoldura todo o ambiente construído da cidade. Assim, o cenário colonial possui o apelo da monumentalidade, representado principalmente pelas igrejas que servem de referência na apreensão da cidade, reforçando a

legibilidade da mesma.

A expansão urbana de Tiradentes ocorreu inicialmente nas bordas do perímetro de tombamento da cidade, em função da infraestrutura existente e da proximidade com o núcleo histórico, que se apresenta como uma centralidade, tanto cultural, histórica, social, quanto comercial e econômica.

Ao longo do tempo, o desenvolvimento da cidade seguiu os principais eixos de acesso ao centro histórico, nos quais predomina o uso de comércio e de serviços. As tipologias básicas, relacionadas à habitação, procuravam seguir o padrão das edificações coloniais, com aproximação da volumetria, materiais semelhantes e dos afastamentos, quando existiam.

Porém, no início do século XXI, esta expansão tem ocorrido através de modelos

urbanos que muitas vezes contradizem a realidade socioespacial desta cidade mineira. A implantação de loteamentos pericentrais adjacentes ao núcleo e de condomínios fechados tem marcado o desenvolvimento da cidade neste período, trazendo impactos destes empreendimentos na paisagem de Tiradentes.

A maioria desses novos empreendimentos tem entrada através dos principais eixos de acesso à cidade, mas a forma correspondente a eles se diferencia no traçado: ao mesmo tempo em que os loteamentos apresentam na sua maioria estrutura mais ortogonal, com lotes menores, os condomínios fechados possuem traçado orgânico, com parcelamento maior, além de tipologias residenciais diferenciadas daquelas do contexto existente.

Os empreendimentos relacionados aos condomínios formam enclaves, em geral localizados distantes do centro histórico, direcionados para população mais abastada, apresentando lotes mais amplos e infraestrutura completa, com tipologias relacionadas ao ideário da classe média de consumo. Possuem portaria de controle de acesso, e internamente, o uso predominante é o uso residencial, embora em alguns deles existam pousadas de apoio à atividade turística. As moradias dos condomínios são utilizadas temporariamente por grande parte dos proprietários, permanecendo fechadas por alguns períodos do ano.

Os loteamentos, por sua vez, são ocupados por população de baixa renda, o valor dos lotes é menos oneroso em função da distância e da falta de infraestrutura e saneamento apropriados e o padrão das moradias é precário. São tipologias mais próximas do padrão habitacional básico, e os moradores são trabalhadores da região. Pequenos

comércios surgem ao longo dos eixos de acesso a eles para atendimento local, mas aí também se faz presente a influência da atividade turística, com pequenos restaurantes, lojas de artesanato e doces, principalmente nas vias de acesso a alguns distritos que possuem atrativos turísticos.

A partir da implantação destes modelos urbanos estabelece-se uma dispersão urbana, com características específicas de cada um desses assentamentos. A paisagem gerada é aquela adversa à continuidade da malha urbana, sem qualquer identificação com a cidade, tanto no que diz respeito ao traçado, quanto ao padrão da tipologia adotada e a relação entre cheios e vazios. Além disso, perde-se a legibilidade da cidade, qualidade marcante no núcleo histórico, que se dilui tendo em vista as premissas estabelecidas tanto por lei quanto pelo mercado imobiliário, gerando paisagens muitas vezes monótonas, sem vida.

Portanto, verifica-se que as qualidades da paisagem de Tiradentes têm sido comprometidas em função do desenvolvimento, que, mesmo obediente às legislações do patrimônio e municipal, contradizem a lógica de ocupação do território que predomina na cidade. Este novo padrão não possui continuidade física e visual com a paisagem do núcleo histórico, interferindo de maneira negativa na legibilidade da cidade, tendo em vista que algumas destas ocupações podem ser vistas dos pontos principais do centro. Assim, o cenário da cidade colonial mineira tem se transformado no cenário da segregação social, espacial, econômica e ambiental, sendo necessária a revisão da legislação, assim como a elaboração de planos de ação que reconheçam a forma urbana da cidade, tendo este estudo como premissa para o desenvolvimento de diretrizes de ocupação e uso do solo e obediência aos aspectos ambientais.

Curso ‘Morfologia Urbana: uma introdução ao estudo da forma física das cidades’

O curso ‘Morfologia Urbana: uma introdução ao estudo da forma física das cidades’ terá lugar em Novembro de 2016 (nos dias 17, 18, 19, 24, 25 e 26) na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Os conteúdos programáticos do curso, estruturados em torno do livro *Urban Morphology* (Oliveira, 2016), dividem-se em sete partes fundamentais: i) os elementos da forma urbana, ii) os atores e os processos de transformação urbana; iii) as cidades na História; iv) as cidades contemporâneas; v) o estudo da forma urbana: diferentes abordagens;

vi) da teoria à prática; e, por fim, vii) relações com outros campos de conhecimento.

O curso destina-se a estudantes, académicos, investigadores e profissionais nas áreas da engenharia, arquitetura, geografia, planeamento e história. As inscrições deverão ser feitas até ao final do mês de Setembro.

Referência

Oliveira, V. (2016) *Urban morphology. An introduction to the study of the physical form of cities* (Springer, Dordrecht).
